

Copel Comercialização S.A.

CNPJ/MF 19.125.927/0001-86

NIRE: 41300088284

Subsidiária Integral da Companhia Paranaense de Energia

www.copel.com copel@copel.com

Rua Coronel Dulcídio, 800 - Curitiba - Paraná - Brasil

CEP 80420-170

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
E
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

2017

SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	3
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	20
Balancos Patrimoniais	20
Demonstrações de Resultados	21
Demonstrações de Resultados Abrangentes	21
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	22
Demonstrações dos Fluxos de Caixa	23
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	24
1. Contexto Operacional.....	24
2. Base de Preparação.....	24
3. Principais Políticas Contábeis	25
4. Caixa e Equivalentes de Caixa	32
5. Títulos e Valores Mobiliários	32
6. Clientes	33
7. Tributos	33
8. Investimentos	35
9. Obrigações Sociais e Trabalhistas	37
10. Fornecedores	37
11. Benefícios Pós-emprego	37
12. Provisões para Litígios e Passivo Contingente	42
13. Patrimônio Líquido	43
14. Receita Operacional.....	44
15. Custos e despesas Operacionais	45
16. Resultado Financeiro	46
17. Instrumentos Financeiros	46
18. Transações com Partes Relacionadas	48
19. Compromissos	49
20. Seguros	49
21. Informações complementares à Demonstração dos Fluxos de Caixa - transações que não envolvem caixa	49
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.
PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE O RELATÓRIO ANUAL.....	53

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

MENSAGEM DO DIRETOR PRESIDENTE

Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Copel Comercialização S.A. (Companhia ou Copel Energia), subsidiária integral da Companhia Paranaense de Energia (Copel), referentes ao exercício de 2017.

No ano de 2017, a Copel Energia apresentou crescimento expressivo, consolidando sua presença no mercado livre de energia e ampliando sua participação em diversos estados brasileiros.

Em janeiro de 2017 a Copel Energia foi autorizada pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE a atuar como comercializador varejista, modalidade em que um único agente de comercialização de energia elétrica representa um conjunto de consumidores sem a necessidade de que estes se tornem agentes da CCEE. Atualmente, apenas seis empresas estão autorizadas a atuar nessa modalidade no país. Trata-se de um mercado promissor, tendo em vista que a maior parcela de migração para o mercado livre de energia ocorre entre os consumidores especiais, empresas com demanda entre 500 KW e 3 mil KW, que são os potenciais clientes do mercado varejista.

Também no ano de 2017, a Copel Energia lançou o aplicativo *Copel Energia Mercado Livre* que permite a futuros clientes simularem descontos potenciais ao migrarem para o mercado livre, bem como acompanhar indicadores do mercado de energia, notícias do setor, avisos de leilões e informações sobre serviços prestados pela Copel Energia.

Com foco nas necessidades de nossos clientes, apresentamos produtos competitivos e prestamos serviços para que o cliente migre para o mercado livre obtendo vantagens econômicas, sem transtornos burocráticos e com o diferencial de continuar sendo atendido pela Copel.

Curitiba, 20 de abril de 2018.

Antônio Justino Spinello

Diretor Presidente

1. PERFIL ORGANIZACIONAL

A Copel Comercialização S.A. (“Companhia” ou “Copel Energia”), instituída em janeiro de 2016, estabeleceu-se no mercado sob a insígnia Copel Energia, atuando com especialização no mercado livre de compra e venda de energia, motivada pelo movimento acelerado de migração de grandes consumidores do mercado regulado para o Ambiente de Comercialização Livre - ACL. Além de atuar no segmento de compra e venda de energia, oferece para seus clientes serviços de gestão no mercado livre de energia.

Em janeiro de 2017, foi autorizada pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE a atuar como comercializador varejista, modalidade em que um único agente de comercialização de energia elétrica representa consumidores e geradores sem a necessidade de que estes se tornem agentes da CCEE. O mercado varejista apresenta-se como um mercado promissor, tendo em vista que a maior parcela de migração para o mercado livre de energia ocorre entre os consumidores especiais, empresas com demanda entre 500 kW e 3.000 kW, que são os potenciais clientes do mercado varejista.

A empresa encerrou 2017 apresentando um crescimento expressivo, com mais de 300 megawatts-médios de energia vendida, e ampliando sua área de atuação, possuindo clientes em 15 estados brasileiros.

• Referencial Estratégico

A Copel Energia segue o referencial estratégico da Controladora, descrito a seguir.

Missão

Prover energia e soluções para o desenvolvimento com sustentabilidade.

Visão

Ser referência nos negócios em que atua gerando valor de forma sustentável.

Valores

- **Ética:** resultado de um pacto coletivo que define comportamentos individuais alinhados a um objetivo comum.
- **Respeito às pessoas:** consideração com o próximo.
- **Dedicação:** capacidade de se envolver de forma intensa e completa no trabalho contribuindo para a realização dos objetivos da organização.
- **Transparência:** prestação de contas das decisões e realizações da empresa para informar seus aspectos positivos ou negativos a todas as partes interessadas.
- **Segurança e Saúde:** ambiente de trabalho saudável em que os trabalhadores e os gestores colaboram para o uso de um processo de melhoria contínua da proteção e promoção da segurança, saúde e bem-estar de todos.
- **Responsabilidade:** condução da vida da empresa de maneira sustentável, respeitando os direitos de todas as partes interessadas, inclusive das futuras gerações e o compromisso com a sustentação de todas as formas de vida.

- **Inovação:** aplicação de ideias em processos, produtos ou serviços de forma a melhorar algo existente ou construir algo diferente e melhor.

• Copel Energia em Números

Em R\$ mil (exceto quando indicado de outra forma)	2017	2016	variação %
Indicadores Contábeis			
Ativo total	208.369	283.579	(26,5)
Caixa e equivalentes de caixa	97.068	190.668	(49,1)
Receita operacional bruta	736.415	6.856	10.641,2
Deduções da receita	71.920	618	11.537,5
Receita operacional líquida	664.495	6.238	10.552,4
Custos e despesas operacionais	654.445	19.089	3.328,4
Equivalência patrimonial	(564)	37.491	(101,5)
Resultado das atividades	10.050	(12.851)	(178,2)
Ebitda ou Lajida	9.495	24.641	(61,5)
Resultado financeiro	6.193	(69)	(9.075,4)
Lucro operacional	15.679	24.571	(36,2)
Lucro líquido do exercício	13.041	23.731	(45,0)
Patrimônio líquido	133.511	269.870	(50,5)
Indicadores Econômico-Financeiros			
Liquidez corrente (índice)	2,6	16,2	(84,2)
Liquidez geral (índice)	2,7	14,7	(81,3)
Participação de capital de terceiros (%)	35,9	4,8	643,1
Rentabilidade do patrimônio líquido (%) ⁽¹⁾	4,8	9,4	(48,7)

⁽¹⁾ LL ÷ (PL inicial)

2. GOVERNANÇA CORPORATIVA

O modelo de Governança Corporativa da Copel Energia segue o modelo de sua Controladora com base nos princípios de transparência, equidade, prestação de contas (*accountability*) e responsabilidade corporativa, seguindo as melhores práticas do mercado e buscando os melhores resultados para as partes interessadas. As práticas de governança corporativa adotadas pela Copel cumprem as exigências estabelecidas para as empresas listadas no nível 1 de governança da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e têm como referência o Código de Melhores Práticas de Governança Corporativa do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa - IBGC.

A Copel é orientada por valores definidos no seu referencial estratégico, Política de Governança Corporativa e Código de Conduta, aprovados pela alta administração, além de respeitar os Princípios do Pacto Global.

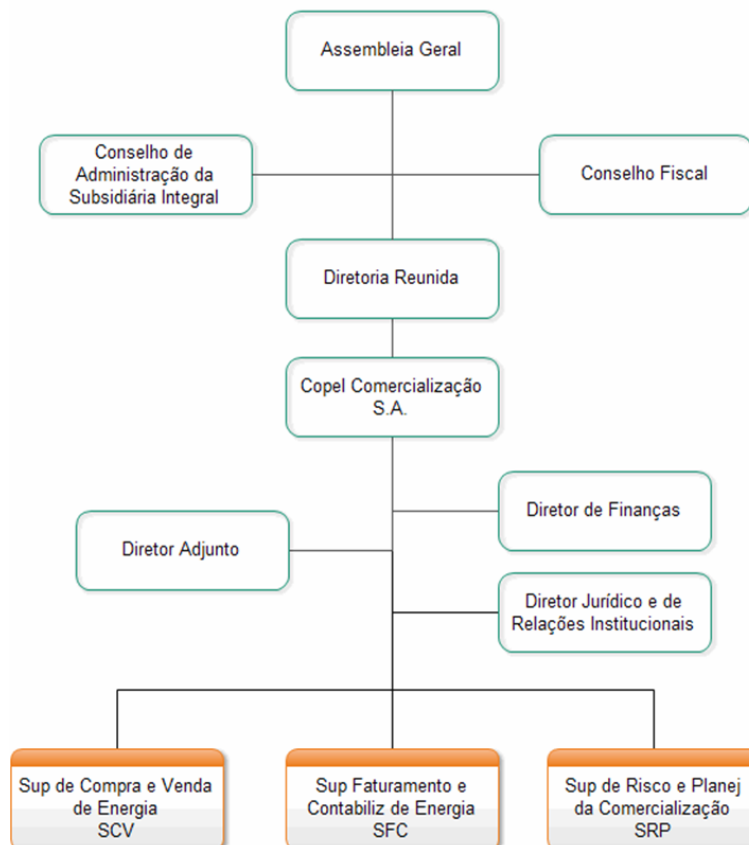
2.1. Gestão de Governança, Risco e Compliance

A Diretoria de Governança, Risco e Compliance - DRC da Copel, criada no final de 2016, atuou junto às subsidiárias para aprimorar as práticas de governança, na busca dos melhores resultados para as partes interessadas.

Em parceria com a Universidade Copel - Unicopel, a DRC realizou treinamentos que prepararam a alta administração e os empregados para atuarem segundo à legislação vigente, às melhores práticas e às regras da própria Companhia.

2.2. Estrutura de Governança

O organograma a seguir apresenta a estrutura organizacional da Companhia em 31.12.2017:



Assembleia de Acionista - AG

A Assembleia de Acionistas é o fórum no qual a acionista define as diretrizes do negócio e toma decisões estratégicas.

Conselho de Administração - CAD

O Conselho de Administração delibera e define a orientação geral dos negócios, é responsável em encaminhar o Estatuto Social para ser referendado pela Assembleia Geral de Acionistas e aprovar o Regimento Interno da Diretoria, que estabelece as atribuições referentes aos tópicos econômicos, ambientais e sociais para executivos seniores e outros empregados da Companhia.

Os integrantes do CAD são selecionados e nomeados de acordo com as regras previstas na Política de Governança Corporativa da Copel e com a legislação vigente, sendo composto por três membros.

Conselho Fiscal - CF

Órgão permanente que examina as demonstrações financeiras, opina sobre o relatório da administração, modificação do capital, orçamento de capital, distribuição de dividendos e fiscaliza os atos dos administradores. Possui três membros efetivos e três suplentes com mandato de um ano.

Diretoria Executiva

A Diretoria Executiva, composta por quatro membros, com mandato de dois anos, é responsável pelas funções executivas da Copel Energia, com atribuição privativa de representá-la. As atribuições, deveres e responsabilidades individuais dos diretores são estabelecidos no Estatuto Social da Companhia e a forma de atuação prevista em Regimento Interno.

A Diretoria realiza reuniões ordinárias mensalmente e extraordinariamente, por convocação do Diretor Presidente da Companhia, por decisão própria ou a pedido de outro diretor. A Companhia não vincula a remuneração dos executivos ao alcance de metas financeiras e não financeiras.

2.3. Práticas de Integridade

A Copel Energia conta com diversas estruturas para estabelecer o diálogo transparente e o relacionamento ético com todos os seus públicos. Estes mecanismos formam as práticas de integridade da Controladora, a partir de alinhamento com o Pacto Global da ONU e o compromisso público com o combate à corrupção. A Companhia adota ferramentas internas para disseminar a conduta ética e identificar desvios, disponibilizando o Portal *Compliance*.

• Programa de Integridade

O Programa de Integridade é uma plataforma de disseminação dos compromissos da Companhia com a transparência e o combate à corrupção. Em 2017, foi publicado o Programa de Integridade atualizado da Copel. A divulgação e disseminação do conteúdo é feita periodicamente por meio digital para toda Companhia, podendo o conteúdo ser acessado através de canais *online* internos e externos da Copel.

No período analisado, os empregados participaram de treinamentos para disseminação do Programa de Integridade. Os temas dos cursos foram: Aspectos Gerais da Lei e do Decreto Anticorrupção, Código de Conduta, Gestão de Riscos baseado na ISO 31000 e Gestão de Riscos - Metodologia e Ferramenta GRC.

A alta administração da Companhia recebeu treinamento presencial sobre Lei Anticorrupção, Lei das Estatais, Governança Corporativa, Estratégia Empresarial, Controle Interno e Gestão Estratégica de Riscos Empresariais.

• **Código de Conduta**

O Código de Conduta da Companhia está alinhado aos valores, aos Princípios do Pacto Global da ONU e às diretrizes de Governança Corporativa da Controladora. Ele define ações que visam à integridade, à transparência, à segurança e à saúde. O documento aborda também a responsabilidade social e ambiental, o respeito e o relacionamento com os diversos segmentos em que atua.

A Companhia, além de atualizar todos os envolvidos através de mensagens eletrônicas, mantém o Código de Conduta disponível no Portal *Compliance*.

• **Avaliação de Riscos de Corrupção**

Como parte de sua Política de Gestão Integrada de Riscos Corporativos, a Copel Energia busca assegurar um constante monitoramento de ameaça de corrupção e de fraudes no ambiente de controles internos.

Em razão desses critérios de segurança, todos os processos operacionais são submetidos anualmente a avaliação de riscos relacionados a erros ou fraudes que possam interferir nos resultados das demonstrações financeiras. Nesse aspecto, são estabelecidos controles submetidos a testes pela auditoria interna e pelo auditor independente, cujos resultados são reportados à alta administração.

• **Canais de denúncia**

Visando acolher opiniões, críticas, reclamações, denúncias e consultas pessoais, a Copel Energia disponibiliza canais de comunicação, que além de contribuir para o combate a fraudes e corrupção, também ampliam o relacionamento da organização com as partes interessadas.

• **Auditoria Externa**

Em relação à auditoria externa, a Copel Energia segue diretrizes de Governança Corporativa da Controladora, que por sua vez segue dispositivos legais estabelecidos pela CVM.

As demonstrações financeiras da Companhia são auditadas pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes desde 21.03.2016 e os trabalhos necessários à avaliação do ano fiscal se estenderão até 30.06.2018, data que corresponderá ao seu termo final, podendo ser prorrogado formalmente em até 36 meses. Desde sua contratação, foram prestados somente serviços relacionados à auditoria externa independente. A Companhia tem como ponto fundamental não contratar outros serviços de consultoria com a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes que interfiram na independência e objetividade dos trabalhos de auditoria externa, assegurando, dessa forma, a inexistência de conflitos de interesse.

2.4. Gestão da Sustentabilidade

A Companhia acredita que a sustentabilidade deve gerar valor e minimizar os impactos negativos potenciais de sua operação. Com esse posicionamento, atrelado à gestão dos recursos naturais, a Copel Energia procura harmonizar os aspectos econômicos, sociais e ambientais de suas atividades. Para promover essa conduta e esse compromisso, a Controladora conta com uma área de sustentabilidade empresarial na Diretoria de Relações Institucionais, que coordena as ações corporativas e seu Relatório de Sustentabilidade é aprovado pelo Conselho de Administração.

Suas ações são orientadas pela sua Política de Sustentabilidade e Cidadania Empresarial, que tem como princípios: comprometimento, atitude proativa diante da lei, diálogo, comunicação e transparência, respeito à dinâmica socioambiental, responsabilidade individual e valorização da diversidade.

3. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

3.1. EBITDA ou LAJIDA

Em R\$ milhões	2017	2016
Lucro líquido	13.041	23.731
IRPJ e CSLL diferidos	(17.230)	-
IRPJ e CSLL	19.868	840
Despesas (receitas) financeiras, líquidas	(6.193)	69
Lajir/Ebit	9.486	24.640
Depreciação e Amortização	9	1
Lajida/Ebitda	9.495	24.641
Receita Operacional Líquida - ROL	664.495	6.238
Margem do Ebitda% (Ebitda ÷ ROL)	1,4%	395,0%

A Copel Energia intensificou suas operações a partir de julho de 2017, o que justifica as variações, se comparadas a 2016, observado ainda o fato da redução de capital na Dominó Holdings, sua coligada.

3.2. Resultado Financeiro

O resultado financeiro apresentou acréscimo de R\$ 6,3 milhões devido ao aumento na receita de renda de aplicações.

4. RECURSOS HUMANOS

4.1. Gestão de pessoas

Os 38 empregados do quadro próprio da Copel Energia estão distribuídos em duas carreiras: profissional de nível médio (9 empregados) e nível superior (29 empregados).

- **Desenvolvimento de Pessoal**

Em 2017, a Copel Energia investiu cerca de R\$ 90 mil em treinamento e desenvolvimento de pessoal, resultando em 168 participações em cursos de curta duração, totalizando 1.620 horas de treinamento, com média de 37,64 horas de treinamento por empregado.

- **Benefícios**

Entre os benefícios concedidos pela Copel Energia aos seus empregados, além dos previstos pela legislação, destacam-se: auxílio-educação; adiantamento de férias e pagamento adicional de mais 1/3 da remuneração, bem como, os valores obrigatórios previstos em Lei; adiantamento da primeira parcela do 13º salário no mês de janeiro; participação nos lucros e resultados; incentivo à qualidade de vida, com iniciativas como o Coral da Copel e os Jogos Internos; auxílio-alimentação e refeição; vale lanche; auxílio-creche; auxílio a empregados com deficiência e a empregados que tenham pessoa com deficiência como dependente; licença maternidade e licença paternidade estendidas; complementação de auxílio doença; mais outros benefícios proporcionados pelo convênio existente entre a Copel e o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

Adicionalmente, por meio da Fundação Copel de Previdência e Assistência Social, da qual a Companhia é mantenedora, há concessão de: plano de previdência privada, adicional ao valor da previdência oficial; e plano de assistência médico-hospitalar e odontológica. A Fundação Copel disponibiliza, ainda, uma carteira de empréstimos aos seus participantes, obedecendo às disposições legais que regem as aplicações das reservas do seu fundo previdenciário.

• Política salarial

As práticas de remuneração, reconhecimento e incentivo estão baseadas no modelo de remuneração estruturado pela Companhia, apoiando-se em dois pilares: remuneração fixa (comparação de mercado e mérito) e variável (Participação dos Empregados nos Lucros e/ou Resultados - PLR). A PLR dos empregados da Copel e suas subsidiárias ocorre de acordo com a Lei Federal nº 10.101/2000, o Decreto Estadual nº 1.978/2007 e a Lei Estadual nº 16.560/2010, sendo o montante do lucro distribuído de forma igualitária a cada empregado. A proporção entre o menor salário praticado pela Companhia em dezembro de 2017 (R\$ 1.764,78) e o salário mínimo nacional vigente naquela data (R\$ 937,00) era de 1,88 vezes, não havendo diferença significativa no mesmo período relativamente à proporção de salário-base entre homens e mulheres.

• Relações trabalhistas

A Controladora se relaciona com 19 sindicatos representativos das diversas classes de trabalhadores e, ao longo do ano, promove reuniões para discussão de assuntos de interesse mútuo. Por ocasião da data base (outubro), esse relacionamento se intensifica quando os sindicatos e a Copel discutem as reivindicações para chegar ao Acordo Coletivo de Trabalho - ACT. O cumprimento das cláusulas dos ACTs mitiga possíveis problemas com sindicatos e com empregados. Além disso, as dispensas por justa causa são precedidas de processo administrativo sumário, regulado por norma administrativa interna, que garante ao empregado o direito de defesa.

• Avaliação de desempenho

O Nossa Energia é o Programa de Gestão de Desempenho da Copel, composto por dois eixos: Competências Organizacionais e Resultados. Esse programa subsidia a aplicação de diferentes tratativas em relação à carreira e remuneração e ao desenvolvimento profissional, tais como promoções funcionais, meritocracia, adequação funcional, conferências, treinamentos, bolsas para pós-graduação e línguas estrangeiras, entre outros. Iniciado em 2013, o plano passou por melhorias pontuais e assertivas proporcionadas pela experiência dos ciclos anteriores e vivência dos gerentes e empregados nas práticas de Gestão de Desempenho na Copel. A intenção é que, a cada ciclo, ele traga aprendizados e aprimoramentos para proporcionar maior aderência à cultura e realidade da Companhia.

5. DESEMPENHO SOCIOAMBIENTAL

5.1. Fornecedores

A Copel Energia tem como critérios principais para a seleção de fornecedores o atendimento à legislação trabalhista, fiscal e ambiental. Esses critérios estão definidos nos editais de licitação, cláusulas contratuais, manuais de cadastramento de fornecedores e normas e manuais técnicos permanentemente disponíveis aos interessados no endereço: www.copel.com/hpcopel/fornecedores.

Não há política ou prática que dê preferência para contratação de fornecedores locais, tendo em vista a necessidade de observação e cumprimento da Lei Federal nº 8.666/1993 e Lei Estadual nº 15.608/2007 do Paraná.

5.2. Clientes

A Copel Energia segue os preceitos da Controladora, acreditando que a perenidade do seu modelo de negócio depende do diálogo permanente com os diversos públicos: acionistas, consumidores, empregados, fornecedores, governo e comunidades. O relacionamento com todos esses grupos, com qualidade e de maneira transparente, é avaliado pela Companhia como um diferencial competitivo.

5.3. Canais de Contato

A Copel Energia possui diversos canais de atendimento para o público em geral a fim de manter o foco nas necessidades dos clientes e melhorar seus processos para atendê-los com qualidade. Os principais canais de atendimento são:

- **Telefone:** (41) 3310-5800
- **E-mail:** comercializacao@copel.com
- **Aplicativo mobile:** Copel Energia Mercado Livre, sistema gratuito e disponível na loja virtual Google Play, para usuários do sistema Android, e na loja virtual Apple Store, para usuários do sistema iOS.
- **Site:** www.copelenergia.com.br

5.4. Comunidade e Meio Ambiente

Os impactos socioeconômicos das atividades da Copel Energia se apresentam em diferentes magnitudes e de acordo com a característica de cada projeto e lugar. Por isso, a Companhia busca agir em consonância com a Política de Sustentabilidade e o Código de Conduta, que já incorporam os compromissos assumidos com o desenvolvimento sustentável do Pacto Global da Organização das Nações Unidas - ONU, nos princípios de Governança Corporativa.

- **Voluntariado Corporativo - EletriCidadania**

O Programa permite que os empregados utilizem até 4 horas mensais do seu tempo de trabalho para a execução, de forma voluntária e espontânea, de ações comunitárias que, muito além do simples assistencialismo, levem ao desenvolvimento sustentável da sociedade em todos os aspectos, sejam eles culturais, educacionais ou profissionais. Em 2017 foram realizadas 23 horas de voluntariado.

6. BALANÇO SOCIAL

BALANÇO SOCIAL ANUAL				
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016				
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)				
			2017	2016
1 - BASE DE CÁLCULO				
NE 14	Receita Líquida - RL	664.495		6.238
2 - INDICADORES SOCIAIS INTERNOS				
			% Sobre RL	% Sobre RL
NE 15.1	Remuneração dos administradores	1.548	0,2	1.369 21,9
	Remuneração dos empregados	7.239	1,1	3.537 56,7
	Alimentação (Auxílio alimentação e outros)	616	0,1	275 4,4
	Encargos sociais compulsórios	2.736	0,4	1.462 23,4
	Plano previdenciário	898	0,1	459 7,4
	Saúde (Plano assistencial)	517	0,1	399 6,4
	Capacitação e desenvolvimento profissional	34	0,0	169 2,7
NE 15.1	Participação nos lucros e/ou resultados	301	0,0	120 1,9
NE 15.1	Indenizações Trabalhistas	578	0,1	- -
(1)	Outros benefícios	16	0,0	24 0,4
	Total	14.483	2,2	7.814 125,3
3 - INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS				
			% Sobre RL	% Sobre RL
	Cultura	-	-	- -
	Esporte	-	-	- -
	Outros	-	-	- -
	Total das contribuições para a sociedade	-	-	- -
	Tributos (excluídos encargos sociais)	70.132	10,6	2.775 44,5
	Total	70.132	10,6	2.775 44,5
4 - INDICADORES AMBIENTAIS				
			% Sobre RL	% Sobre RL
	Metas ambientais		2017	Metas 2018

NE - Nota Explicativa

5 - INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL							
Empregados no final do período	38				30		
Admissões durante o período	-				-		
Transferências de empregados entre empresas do grupo	9				20		
Escolaridade dos empregados(as):		Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Total Superior e extensão universitária	36	25	11		29	20	9
Total 2º Grau	2	0	2		1	0	1
Total 1º Grau	-	0	0		-	0	0
Faixa etária dos empregados(as):							
De 18 até 30 anos (exclusive)	-				-		
De 30 até 45 anos (exclusive)	20				16		
De 45 até 60 anos (exclusive)	18				14		
60 anos ou mais	-				-		
Mulheres que trabalham na empresa	13				10		
% Mulheres em cargos gerenciais:							
em relação ao nº total de mulheres	23,1				20,0		
em relação ao nº total de gerentes	50,0				40,0		
Negros(as) que trabalham na empresa	3				2		
% Negros(as) em cargos gerenciais:							
em relação ao nº total de negros(as)	-				-		
em relação ao nº total de gerentes	-				-		
Portadores(as) de necessidades especiais	-				-		
Dependentes	57				39		
(3) Terceirizados	2				2		
(4) Aprendiz (es)	-				-		
(4) Estagiários(as)	1				-		
Nº de processos trabalhistas em andamento no final do exercício	2				-		
Nº de processos trabalhistas encerrados no exercício	-				-		
6 - INFORMAÇÕES RELEVANTES QUANTO AO EXERCÍCIO DA CIDADANIA EMPRESARIAL							
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa		9				9	
Número total de Acidentes de Trabalho (inclui acidentes com contratados)		-				-	
Número total de reclamações e críticas de consumidores:							
na empresa		-				-	
de segundo nível		-				-	
na Justiça		-				-	
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:							
na empresa		0,0%				0,0%	
de segundo nível		0,0%				0,0%	
na Justiça		0,0%				0,0%	

NE - Nota Explicativa

	2017	Metas 2018
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por	direção e gerências	direção e gerências
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	todos + Cipa	todos + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos trabalhadores, a empresa:	incentiva e segue a OIT	incentivará e seguirá a OIT
A previdência privada contempla:	todos	todos
A participação dos lucros ou resultados contempla:	todos	todos
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	são exigidos	serão exigidos
Quanto à participação dos empregados em programas de trabalho voluntário, a empresa:	organiza e incentiva	organizará e incentivará

7- GERAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE RIQUEZA	2017	2016
Valor adicionado total a distribuir	97.834	34.296
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):		
Terceiros	0,3%	0,5%
Pessoal	12,6%	18,9%
Governo	73,8%	11,3%
Acionistas	13,3%	69,2%
Retido	0,0%	0,0%

8 - OUTRAS INFORMAÇÕES

• A partir de 2010, o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas - Ibase não mais prescreve seu modelo padrão de Balanço Social por entender que esta ferramenta e metodologia já se encontram amplamente difundidas entre empresas, consultorias e institutos que promovem a responsabilidade social corporativa no Brasil. Assim sendo, a Copel, que já utilizava este modelo desde 1999, resolveu, fundamentada na orientação do Ibase, melhorar sua demonstração de Balanço Social, abordando também informações solicitadas na NBCT 15, visando à transparência de suas informações.

• As notas explicativas - NEs são parte integrante das Demonstrações Financeiras e também contêm outras informações de natureza socioambiental não contempladas neste Balanço Social.

(1) O item Outros benefícios é composto por: Auxílio doença complementar, Auxílio maternidade prorrogado, Seguros, Vale transporte excedente e Auxílio invalidez, Morte acidental, Auxílio creche, Auxílio educação, Cultura e Segurança e Medicina no trabalho.

(2) A Copel Comercialização irá cumprir as metas dos programas corporativos da Holding.

(3) Este número corresponde ao total de trabalhadores terceirizados contratados no período independentemente do número de horas trabalhadas. Não representa o número de postos de trabalho terceirizados. Também não contempla os terceiros que atuam na expansão do sistema da Copel Telecom.

(4) Não compõem o quadro de empregados.

COMPOSIÇÃO DOS GRUPOS RESPONSÁVEIS PELA GOVERNANÇA

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente JONEL NAZARENO IURK
Secretário Executivo ANTÔNIO JUSTINO SPINELLO
Membro DEONILSON ROLDO

CONSELHO FISCAL

Membros MAURO RICARDO MACHADO COSTA
GILMAR MENDES LOURENÇO

DIRETORIA

Diretor Presidente ANTÔNIO JUSTINO SPINELLO
Diretor de Finanças ADRIANO RUDEK DE MOURA
Diretor Jurídico e de Relações Institucionais CRISTIANO HOTZ
Diretora Adjunta DINORAH BOTTO PORTUGAL

CONTADOR

CRC-PR-045809/O-2 ADRIANO FEDALTO

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Balancos Patrimoniais

levantados em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

em milhares de reais

ATIVO	NE nº	31.12.2017	31.12.2016
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	97.068	190.668
Títulos e valores mobiliários	5	1.251	1.156
Clientes	6	73.027	2.175
Dividendos a receber	18	2.008	5.123
Outros créditos		297	256
Imposto de renda e contribuição social	7.1	1.773	2.180
Outros tributos a recuperar	7.3	11.998	283
Partes relacionadas	18	544	-
		187.966	201.841
NÃO CIRCULANTE			
Realizável a Longo Prazo			
Depósitos judiciais		129	68
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7.2	17.574	-
		17.703	68
Investimentos	8	2.457	81.526
Imobilizado		57	59
Intangível		186	85
		20.403	81.738
TOTAL DO ATIVO		208.369	283.579

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

PASSIVO	NE nº	31.12.2017	31.12.2016
CIRCULANTE			
Obrigações sociais e trabalhistas	9	2.410	1.535
Partes relacionadas	18	1.101	541
Fornecedores	10	65.664	3.120
Imposto de renda e contribuição social	7.1	22	-
Outras obrigações fiscais	7.3	23	470
Dividendos a pagar	18	3.717	6.763
Benefícios pós-emprego	11	6	7
Outras contas a pagar		164	2
		73.107	12.438
NÃO CIRCULANTE			
Outras obrigações fiscais	7.3	131	71
Benefícios pós-emprego	11	1.464	1.200
Provisões para litígios	12	156	-
		1.751	1.271
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	13.1	66.289	234.289
Adiantamento para futuro aumento de capital	13.1	24.070	2.000
Ajustes de avaliação patrimonial	13.2	(668)	(915)
Reserva legal		2.508	1.856
Reserva de retenção de lucros		41.312	32.640
		133.511	269.870
TOTAL DO PASSIVO		208.369	283.579

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de Resultados

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

em milhares de reais

	NE nº	31.12.2017	31.12.2016
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	14	664.495	6.238
Custos Operacionais	15	(662.690)	(12.763)
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL BRUTO		1.805	(6.525)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais			
Despesas gerais e administrativas	15	(8.438)	(6.326)
Outras receitas operacionais, líquidas	15	16.683	-
Resultado da equivalência patrimonial	8.1	(564)	37.491
		7.681	31.165
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		9.486	24.640
Resultado Financeiro	16		
Receitas financeiras		6.515	1.183
Despesas financeiras		(322)	(1.252)
		6.193	(69)
LUCRO OPERACIONAL		15.679	24.571
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	7.4		
Imposto de renda e contribuição social		(19.868)	(840)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		17.230	-
		(2.638)	(840)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		13.041	23.731

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de Resultados Abrangentes

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

em milhares de reais

	NE nº	31.12.2017	31.12.2016
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		13.041	23.731
Outros resultados abrangentes			
Itens que não serão reclassificados para o resultado	13.2		
Perdas com passivos atuariais			
benefícios pós-emprego		(97)	(701)
benefícios pós-emprego - equivalência patrimonial		-	(375)
Tributos sobre outros resultados abrangentes		344	-
Itens que poderão ser reclassificados para o resultado	13.2		
Ganhos com ativos financeiros disponíveis para venda		14.476	-
Tributos sobre outros resultados abrangentes		(4.922)	-
Realização de ganhos com ativos financeiros, líquida de tributos		(9.554)	-
Total de outros resultados abrangentes, líquido de tributos		247	(1.076)
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO		13.288	22.655

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016
em milhares de reais

	NE nº	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Ajustes de avaliação patrimonial	Reservas de lucros				Total
					Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Dividendo adicional proposto	Lucros acumulados	
Saldo em 1º de janeiro de 2016		232.789	1.500	8.905	669	8.115	96	-	252.074
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	23.731	23.731
Outros resultados abrangentes									
Perdas atuariais, líquidas de tributos	13.2	-	-	(1.076)	-	-	-	-	(1.076)
Resultado abrangente total do exercício		-	-	(1.076)	-	-	-	23.731	22.655
Realização de ganhos atuariais	13.2	-	-	(8.744)	-	8.744	-	-	-
Deliberação do dividendo adicional proposto		-	-	-	-	-	(96)	-	(96)
Recebimento de adiantamento		-	2.000	-	-	-	-	-	2.000
Aumento de capital		1.500	(1.500)	-	-	-	-	-	-
Destinação proposta à A.G.O.:									
Reserva legal	13.3	-	-	-	1.187	-	-	(1.187)	-
Dividendos	13.4	-	-	-	-	-	-	(6.763)	(6.763)
Reserva de retenção de lucros	13.3	-	-	-	-	15.781	-	(15.781)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016		234.289	2.000	(915)	1.856	32.640	-	-	269.870
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	13.041	13.041
Outros resultados abrangentes									
Ganhos com ativos financeiros, líquidos de tributos	13.2	-	-	9.554	-	-	-	-	9.554
Ganhos atuariais, líquidos de tributos	13.2	-	-	247	-	-	-	-	247
Realização de ganhos com ativos financeiros, líquida de tributos	13.2	-	-	(9.554)	-	-	-	-	(9.554)
Resultado abrangente total do exercício		-	-	247	-	-	-	13.041	13.288
Recebimento de adiantamento	13.1	-	24.070	-	-	-	-	-	24.070
Redução de capital	13.1	(170.000)	-	-	-	-	-	-	(170.000)
Aumento de capital		2.000	(2.000)	-	-	-	-	-	-
Destinação proposta à A.G.O.:									
Reserva legal	13.3	-	-	-	652	-	-	(652)	-
Dividendos	13.4	-	-	-	-	-	-	(3.717)	(3.717)
Reserva de retenção de lucros	13.3	-	-	-	-	8.672	-	(8.672)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017		66.289	24.070	(668)	2.508	41.312	-	-	133.511

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa
 para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016
 em milhares de reais

	NE nº	31.12.2017	31.12.2016
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do exercício		13.041	23.731
Ajustes para a reconciliação do lucro líquido do exercício com a (utilização) geração de caixa das atividades operacionais			
Encargos e variações monetárias não realizadas - líquidas		808	-
Imposto de renda e contribuição social	7.4	19.868	840
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7.4	(17.230)	-
Resultado da equivalência patrimonial	8.1	564	(37.491)
Apropriação do cálculo atuarial dos benefícios pós-emprego	11.4	171	245
Apropriação das contribuições previdenciárias assistenciais	11.4	789	168
Resultado da alienação de investimento	15	(14.476)	-
Depreciação	15	9	1
Perdas estimadas, provisões e reversões operacionais líquidas	15	156	-
Resultado das baixas de intangível		-	42
		3.700	(12.464)
Redução (aumento) dos ativos			
Clientes		(70.852)	(2.175)
Dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos		8.259	127.203
Depósitos judiciais		(61)	(29)
Outros créditos		(41)	(233)
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		407	(889)
Outros tributos a recuperar		(11.715)	(283)
Partes relacionadas		(544)	-
		(74.547)	123.594
Aumento (redução) dos passivos			
Obrigações sociais e trabalhistas		875	998
Partes relacionadas		560	406
Fornecedores		62.544	2.966
Outras obrigações fiscais		(387)	(29)
Benefícios pós-emprego	11.4	(794)	(167)
Outras contas a pagar		162	1
		62.960	4.175
CAIXA LÍQUIDO (UTILIZADO) GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		(7.887)	115.305
Imposto de renda e contribuição social pagos		(19.846)	(840)
CAIXA LÍQUIDO (UTILIZADO) GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		(27.733)	114.465
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aplicações financeiras		(102)	(1.156)
Redução de capital em investidas	8.1	-	74.983
Alienação de investimento	8.3	87.036	-
Aquisições de imobilizado		(7)	(60)
Aquisições de intangível		(101)	-
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		86.826	73.767
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Recebimento de adiantamento para futuro aumento de capital		24.070	2.000
Redução de capital social		(170.000)	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos		(6.763)	(3.911)
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		(152.693)	(1.911)
TOTAL DOS EFEITOS NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(93.600)	186.321
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	4	190.668	4.347
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	4	97.068	190.668
VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(93.600)	186.321

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016
em milhares de reais

1. Contexto Operacional

A Copel Comercialização S.A., (Companhia), com sede na rua Coronel Dulcídio, 800, Curitiba, Estado do Paraná, é sociedade anônima de capital fechado, subsidiária integral da Companhia Paranaense de Energia (Copel ou Controladora), e que tem por objeto social a comercialização de energia e prestação de serviços correlatos.

2. Base de Preparação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (*International Financial Reporting Standards - IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB* e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), que compreendem os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 11.04.2018.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia. As informações financeiras foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico com exceção de determinados instrumentos financeiros e investimentos, conforme descrito nas respectivas práticas contábeis e notas explicativas.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores dos ativos, passivos, receitas e despesas da Companhia. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

2.4.1 Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas NEs nºs 3.1 - Investimentos em coligada e 3.2 - Instrumentos Financeiros.

2.4.2 Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no próximo exercício financeiro, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- NEs nºs 3.2 e 17 - Instrumentos financeiros;
- NE nº 3.3 - Redução ao valor de recuperável de ativos;
- NEs nºs 3.4 e 12 - Provisões para litígios e passivo contingente;
- NE nº 3.5 - Receita não faturada; e
- NE nº 11 - Benefícios Pós-emprego.

3. Principais Políticas Contábeis

3.1 Investimentos em coligada

As coligadas são as entidades sobre as quais a investidora tem influência significativa, mas não o controle.

Os investimento em coligadas são reconhecidos nas demonstrações financeiras da investidora com base no método de equivalência patrimonial. Conforme esse método, os investimentos são inicialmente registrados pelo valor de custo e o seu valor contábil é aumentado ou diminuído pelo reconhecimento da participação da investidora no lucro, no prejuízo e em outros resultados abrangentes gerados pelas investidas, após a aquisição. Esse método deve ser descontinuado a partir da data em que o investimento deixar de se qualificar como coligada.

As distribuições de resultados reduzem o valor contábil dos investimentos.

Quando a participação nos prejuízos de uma coligada se igualar ou exceder o saldo contábil de sua participação na investida, a investidora deve descontinuar o reconhecimento de sua participação em perdas futuras. Perdas adicionais serão consideradas, e um passivo reconhecido, somente se a investidora incorrer em obrigações legais ou construtivas (não formalizadas) ou efetuar pagamentos em nome da investida. Se a investida subsequentemente apurar lucros, a investidora deve retomar o reconhecimento de sua participação nesses lucros somente após o ponto em que a parte que lhe cabe nesses lucros posteriores se igualar à sua participação nas perdas não reconhecidas

3.2 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros não derivativos são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito. São inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Os valores justos são apurados com base em cotação no mercado para instrumentos financeiros com mercado ativo e aos sem cotação disponível no mercado, os valores justos são apurados pelo método do valor presente de fluxos de caixa esperados.

Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros não derivativos são mensurados conforme descrito a seguir:

Ativos financeiros

3.2.1 Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Um instrumento financeiro é assim classificado se for designado como mantido para negociação no seu reconhecimento inicial e se a Companhia gerencia esses investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo, de acordo com a estratégia de investimento e de gerenciamento de risco. Após o reconhecimento inicial, os custos de transação e os juros atribuíveis, quando incorridos, são reconhecidos no resultado.

3.2.2 Empréstimos e recebíveis

Ativos não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não estão cotados em um mercado ativo, reconhecidos pelo método do custo amortizado com base na taxa de juros efetiva.

Passivos financeiros

3.2.3 Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos. Esse método também é utilizado para alocar a despesa de juros desses passivos pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários pagos ou recebidos, que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos), ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

3.2.4 Baixas de passivos financeiros

Os passivos financeiros somente são baixados quando as obrigações são extintas, canceladas ou liquidadas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

3.3 Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indiquem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando houver perda, decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor de preço líquido de venda do ativo, esta é reconhecida no resultado do exercício.

3.4 Provisões

Uma provisão deve ser reconhecida quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado, (ii) seja provável (mais provável que sim do que não) que será necessária saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e (iii) possa ser feita estimativa confiável do valor da obrigação.

As estimativas de desfechos e de efeitos financeiros são determinadas pelo julgamento da Administração complementados pela experiência de transações semelhantes e, em alguns casos, por relatórios de peritos independentes.

3.5 Reconhecimento da receita

As receitas operacionais são reconhecidas quando: (i) o valor da receita é mensurável de forma confiável; (ii) os custos incorridos ou que serão incorridos relativamente à transação podem ser mensurados de maneira confiável; (iii) é provável que os benefícios econômicos sejam recebidos; e (iv) os riscos e benefícios tenham sido integralmente transferidos ao comprador.

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de descontos e/ou bonificações concedidos e encargos sobre vendas.

A Receita não faturada corresponde a estimativa com base nos preços e montantes contratados e a estimativa na liquidação da energia vendida na Câmara de Comercialização de Energia.

3.6 Operações de compra e venda de energia elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE são reconhecidos pelo regime de competência, de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou, quando essas informações não estão disponíveis tempestivamente, por estimativa preparada pela Administração das controladas.

3.7 Novas normas que ainda não entraram em vigor

Diversas novas normas e emendas às normas e interpretações IFRS foram emitidas pelo IASB e ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31.12.2017. A Companhia não adotou as IFRS novas de forma antecipada.

As novas normas que podem ter impacto para a Companhia estão mencionadas a seguir.

3.7.1 CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos financeiros

O CPC 48/IFRS 9 será aplicável para os exercícios iniciados em ou após 1º.01.2018, com adoção antecipada permitida.

Esta norma estabelece novos requisitos para classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros. Os ativos financeiros serão classificados em três categorias: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado; (ii) mensurados pelo custo amortizado, baseado no modelo de negócio pelo qual eles são mantidos e nas características de seus fluxos de caixa contratuais; e (iii) mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Com relação aos passivos financeiros, a principal alteração relacionada aos requisitos já estabelecidos pela norma contábil internacional IAS 39/CPC 38 define que a mudança no valor justo do passivo financeiro designado ao valor justo contra o resultado, que seja atribuível a mudanças no risco de crédito daquele passivo, seja apresentada em outros resultados abrangentes e não na demonstração do resultado, a menos que tal reconhecimento resulte em uma incompatibilidade na demonstração do resultado.

Em relação ao *impairment* de ativos financeiros, o CPC 48/IFRS 9 requer o modelo de expectativa de perda no crédito, ao contrário do modelo de perda efetiva do crédito mencionada na IAS 39/CPC 38. O novo modelo requer que a empresa registre contabilmente a expectativa de perdas em créditos e modificações nessa expectativa a cada data de reporte, para refletir as mudanças no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, ou seja, não é mais necessário que o evento ocorra antes para que seja reconhecida a perda no crédito.

No que tange as modificações relacionadas à contabilização de *hedge*, o CPC48/IFRS 9 mantém os três tipos de mecanismo previstos na IAS 39. Por outro lado, esta nova norma traz maior flexibilidade no tocante aos tipos de transações elegíveis à contabilização de *hedge*, mais especificamente à ampliação dos tipos de instrumentos que se qualificam como instrumentos de *hedge* e os tipos de componentes de risco de itens não financeiros elegíveis à contabilização de *hedge*.

Adicionalmente, o teste de efetividade foi renovado e substituído pelo princípio de “relacionamento econômico”. A avaliação retroativa da efetividade do *hedge* também não é mais necessária e exigências adicionais de divulgação relacionadas às atividades de gestão de riscos de uma entidade foram introduzidas.

Com base na análise dos seus ativos e passivos financeiros de 31.12.2017, considerando os fatos e as circunstâncias existentes naquela data, a Companhia avaliou o impacto do CPC 48/IFRS 9 sobre as demonstrações financeiras, conforme a seguir:

Classificação e mensuração

A Companhia avaliou a classificação e a mensuração dos ativos financeiros e, de acordo com o modelo de gerenciamento desses ativos identificou, preliminarmente, alteração de classificação nos instrumentos relacionados abaixo. A Administração da Companhia acredita que a alteração na classificação não impactará de forma relevante a mensuração dos itens, não havendo, assim, impacto nos lucros acumulados.

Instrumento financeiro	Classificação atual (CPC 38)	Classificação CPC 48
Títulos e valores mobiliários	Disponíveis para venda	Valor justo por meio do resultado
Clientes	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado

Redução ao valor recuperável (*impairment*)

A IFRS 9/CPC 48 exige que a Administração da Companhia realize avaliação com base em doze meses ou por toda a vida do ativo financeiro e registre os efeitos quando houver indicativos de perdas em crédito esperadas nos ativos financeiros.

A Companhia aplicará a abordagem simplificada e registrará perdas esperadas durante toda a vida dos ativos financeiros do contas a receber de clientes. Na avaliação realizada durante o exercício de 2017, a Companhia entende que não haverá impactos significativos em provisão para perdas em créditos de clientes.

A Sociedade não designou ou pretende designar passivos financeiros como Valor justo por meio do resultado, sendo assim, não há qualquer impacto esperado na classificação de passivos financeiros, de acordo com os requerimentos do CPC 48.

Transição: As mudanças nas políticas contábeis resultantes da adoção da CPC 48/IFRS 9 serão geralmente aplicadas retrospectivamente, porém a Companhia aproveitará a isenção constante do item 7.2.15 da norma, que lhe permite não reapresentar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros.

Adicionalmente, como a Companhia não aplica a contabilização de *hedge*, a Administração concluiu que não haverá impacto em suas demonstrações financeiras no que tange às alterações da norma no tocante às alterações sobre este tópico.

3.7.2 CPC 47/IFRS 15 - Esclarecimentos ao IFRS 15 - Receita de contratos com clientes

O CPC 47/IFRS 15 estabelece um modelo simples e claro para contabilização de receitas provenientes de contratos com clientes e, quando se tornar efetivo, substituirá o guia atual de reconhecimento da receita presente na IAS 18/CPC 30 (R1) - Receitas, IAS 11/CPC 17 (R1) - Contratos de Construção e as interpretações relacionadas.

Esta norma estabelece que uma entidade deve reconhecer a receita para representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. A norma introduz um modelo para o reconhecimento da receita, que considera cinco passos: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato; e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Em suma, pelos novos requerimentos da IFRS 15, a entidade reconhece a receita somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação são efetivamente transferidos ao cliente. Adicionalmente, esta norma estabelecerá um maior detalhamento nas divulgações relacionadas aos contratos com clientes.

Além de fornecer divulgações mais abrangentes sobre as transações de receita, a Companhia não espera que a aplicação da IFRS 15 tenha um impacto significativo sobre a posição patrimonial e financeira e/ou o desempenho das suas operações.

A Companhia reconhece receitas provenientes das seguintes fontes principais:

Fornecimento e Suprimento de Energia Elétrica

A Companhia reconhece a receita de fornecimento e suprimento de energia elétrica, pelo valor justo da contraprestação, mediante a entrega da energia elétrica ao cliente. A receita faturada consiste na entrega da fatura, evidenciando a quantidade consumida pelo cliente, em determinado período, multiplicada pelo preço de venda, que é o mesmo preço da transação. Adicionalmente, reconhece a receita não faturada do período entre o último faturamento e o final do mês, por estimativa, com base na última medição efetuada.

De acordo com o CPC 47/IFRS15, a Companhia deve reconhecer a receita proveniente de um contrato com cliente quando a expectativa de recebimento for provável, levando em consideração a intenção de pagamento do cliente. Caso a expectativa seja de não recebimento, a Companhia poderá deixar de reconhecer a receita no faturamento e reconhece-la no momento do recebimento. A Companhia avaliou os potenciais efeitos da aplicação do CPC 47/IFRS 15 e a conclusão é de que não há impacto em suas demonstrações financeiras, exceto pelas exigências de apresentação e divulgação que serão mais detalhadas a partir de 2018.

Outras Receitas

A Companhia avaliou os potenciais efeitos da aplicação do CPC 47/IFRS 15 em outras receitas e a conclusão é de que não há impacto em suas demonstrações financeiras, exceto pelas exigências de apresentação e divulgação que serão mais detalhadas a partir de 2018.

3.7.3 IFRS 16 - Arrendamentos

Emitida em 13.01.2016, estabelece, na visão do arrendatário, nova forma de registro contábil dos arrendamentos atualmente classificados como arrendamentos operacionais, cujo registro contábil passa a ser realizado de forma similar aos arrendamentos classificados como financeiros. No que diz respeito aos arrendadores, praticamente mantem os requisitos da IAS 17, incluindo apenas alguns aspectos adicionais de divulgação.

A IFRS 16 será aplicável para períodos anuais iniciados em ou após 1º.01.2019, sendo permitida sua adoção antecipada desde que as entidades adotem também de forma antecipada a IFRS 15 - Receita de contratos com clientes. A Companhia está avaliando os potenciais impactos da adoção deste novo pronunciamento.

3.7.4 IFRIC 22 - Transações e adiantamentos em moeda estrangeira

Emitida em 08.12.2016, Interpretação 22 do *International Financial Reporting Interpretations Committee* - IFRIC 22 aborda a taxa de câmbio a ser utilizada em transações que envolvam a contrapartida paga ou recebida antecipadamente em transações com moeda estrangeira.

Essa interpretação será aplicável para períodos anuais iniciados em ou após 1º.01.2018, sendo permitida sua adoção antecipada.

A Companhia não possui transações em moeda estrangeira. Uma vez que ativos e passivos mensurados ao valor justo estão fora do escopo do IFRIC a Companhia avalia que o IFRIC 22 não causará impactos em suas demonstrações financeiras.

3.7.5 Alterações ao CPC 28/IAS 40 - Propriedade de investimento

Emitidas em 08.12.2016, as alterações à IAS 40 esclarecem os requisitos relativos às transferências de ou para propriedades de investimento. As alterações serão aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º.01.2018, sendo permitida sua adoção antecipada.

A Companhia não possui Propriedade de investimento, portanto não haverá impactos destas alterações em suas demonstrações financeiras.

3.7.6 Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2014 - 2016

Anualmente, o IASB discute e decide sobre as melhorias propostas para as IFRS, conforme são levantadas ao longo do ano. As melhorias emitidas em 08.12.2016 tratam dos seguintes temas:

- i) alterações à IFRS 1 - adoção Inicial das IFRS: exclui da norma algumas exceções existentes para aplicação no período de transição das entidades recém-adoptantes das IFRS;
- ii) alterações à IFRS 12 - divulgação de participações em outras entidades: esclarece o escopo do pronunciamento, com relação à participação de entidades em outras entidades que estejam classificadas como disponíveis para venda ou operações descontinuadas de acordo com a IFRS 5; e

iii) alterações à IAS 28 - investimento em coligada, em controlada e em empreendimento controlado em conjunto: esclarece se uma entidade tem uma opção de "investimento por investimento" para mensurar as investidas pelo valor justo, de acordo com a IAS 28, por uma organização de capital de risco.

Com base em avaliação preliminar, a Companhia acredita que a aplicação dessas alterações não terá efeito relevante sobre as divulgações e montantes reconhecidos suas demonstrações financeiras.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	31.12.2017	31.12.2016
Caixa e bancos conta movimento	1.596	1.557
Aplicações financeiras de liquidez imediata	95.472	189.111
	97.068	190.668

Compreendem numerário em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de 90 dias da data de contratação. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício e com risco insignificante de mudança de valor.

As aplicações financeiras da Companhia referem-se a Certificados de Depósitos Bancários - CDBs e a operações compromissadas, as quais se caracterizam pela venda de título com o compromisso, por parte do vendedor (Banco) de recomprá-lo, e do comprador, de revendê-lo no futuro. As aplicações são remuneradas entre 73% e 98% da taxa de variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

5. Títulos e Valores Mobiliários

Categoria	Indexador	31.12.2017	31.12.2016
Títulos disponíveis para venda			
Operação Compromissada	95% do CDI	1.251	1.156

Certificado de Depósito Interbancário - CDI

6. Clientes

	31.12.2017	31.12.2016
Consumidores		
Consumidores livres - industrial	14.433	773
Consumidores livres - comercial	3.630	1.370
	18.063	2.143
Concessionárias e permissionárias		
Suprimento de energia elétrica		
Contratos bilaterais	47.585	-
CCEE	7.379	32
	54.964	32
	73.027	2.175

Os valores a receber de clientes estão dentro dos prazos contratuais, vincendos e o prazo médio de recebimento é de 10 dias.

7. Tributos

7.1 Imposto de renda e contribuição social

	31.12.2017	31.12.2016
Ativo circulante		
IR e CSLL a compensar	21.619	3.020
IR e CSLL a compensar com o passivo	(19.846)	(840)
	1.773	2.180
Passivo circulante		
IR e CSLL a recolher	19.868	840
IR e CSLL a compensar com o ativo	(19.846)	(840)
	22	-

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social calculados com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado) e às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente, sendo 15%, acrescidos de 10% sobre o que exceder R\$ 240 anuais, para o imposto de renda, e 9% para a contribuição social.

O prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social são compensáveis com lucros tributáveis futuros, observado o limite de 30% do lucro tributável no período, não estando sujeitos a prazo prescricional.

7.2 Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são aplicados sobre as diferenças entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e os correspondentes valores apropriados nas demonstrações financeiras, os quais são reconhecidos somente na medida em que seja provável que exista base tributável positiva, para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e os prejuízos fiscais, compensados.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são divulgados por seu valor líquido caso haja direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a tributos lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita a tributação.

7.2.1 Mutação do imposto de renda e contribuição social diferidos

	Saldo em 1º.01.2017	Reconhecido no resultado	Reconhecido no resultado abrangente	Saldo em 31.12.2017
Provisão para compra de energia	-	16.975	-	16.975
Benefícios a empregados	-	-	344	344
Provisão para participação nos lucros	-	106	-	106
Planos previdenciário e assistencial	-	57	-	57
Provisões para litígios	-	53	-	53
INSS - liminar sobre depósito judicial	-	18	-	18
Outros	-	21	-	21
Líquido	-	17.230	344	17.574

7.2.2 Realização dos créditos fiscais diferidos

O Conselho Fiscal examinou e o Conselho de Administração aprovou o estudo técnico elaborado pela Diretoria de Finanças no qual se evidencia a realização dos impostos diferidos:

2018	17.108
2019	6
2020	6
2021	6
2022	6
2023 a 2025	17
2026 a 2028	425
	17.574

7.3 Outros tributos

	31.12.2017	31.12.2016
Ativo circulante		
ICMS a recuperar	113	-
PIS/Pasep e Cofins a compensar	11.885	283
	11.998	283
Passivo circulante		
PIS/Pasep e Cofins a recolher	-	466
Outros tributos	23	4
	23	470
Passivo não circulante		
INSS a recolher - liminar sobre depósito judicial (a)	131	71
	131	71

(a) O depósito judicial correspondente está registrado no ativo não circulante.

7.4 Conciliação da provisão para imposto de renda e contribuição social

	31.12.2017	31.12.2016
Lucro antes do IRPJ e CSLL	15.679	24.571
IRPJ e CSLL (34%)	(5.331)	(8.354)
Efeitos fiscais sobre:		
Equivalência patrimonial	(192)	8.157
Despesas indedutíveis	(7)	-
Incentivos fiscais	88	-
Realização de prejuízo fiscal e base negativa da CSLL de exercícios anteriores	1.785	-
Prejuízo fiscal e base negativa da CSLL não constituídos	-	(377)
Outros	1.019	(266)
IRPJ e CSLL correntes	(19.868)	(840)
IRPJ e CSLL diferidos	17.230	-
Alíquota efetiva - %	16,8%	3,4%

8. Investimentos

A Companhia participa com 49% do capital social da Dominó Holdings Ltda., empresa esta com sede na cidade de Curitiba/PR e com a atividade principal de participação em sociedades de saneamento básico.

Em novembro de 2017, ocorreu a transformação da Dominó Holdings de Sociedade Anônima para Sociedade Limitada.

Após alterações no Contrato Social realizadas em 2017, as deliberações das sócias passaram a ser tomadas por maioria, o que alterou esse investimento de empreendimento controlado em conjunto para coligada, uma vez que a Companhia detinha o controle em conjunto e passou a ter influência significativa.

8.1 Mutação do investimento

Em 1^o.01.2016	242.652
Equivalência patrimonial	37.491
Ajustes de avalia�o patrimonial	(375)
Redu�o de capital	(74.983)
Dividendos e juros sobre capital próprio	(123.259)
Em 31.12.2016	81.526
Equivalência patrimonial	(564)
Redu�o de capital (8.3)	(73.361)
Dividendos e juros sobre capital próprio	(5.144)
Em 31.12.2017	2.457

8.2 Principais grupos de ativo, passivo e resultado do investimento

Dominó Holdings	31.12.2017	31.12.2016
ATIVO	5.024	180.049
Ativo circulante	4.811	24.725
Ativo não circulante	213	155.324
PASSIVO	5.024	180.049
Passivo circulante	11	13.669
Patrimônio líquido	5.013	166.380
DEMONSTRA�O DO RESULTADO		
Custos e despesas operacionais	(757)	(969)
Resultado financeiro	(395)	(24.062)
Equivalência patrimonial	-	101.543
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(1.152)	76.512
Outros resultados abrangentes	-	(9.669)
Resultado abrangente total	(1.152)	66.843
Participa�o na coligada - %	49,00	49,00
Valor contábil do investimento	2.457	81.526

Em 31.12.2017, a Dominó Holdings apresenta passivo sem provisão reconhecida, por não ser provável saída de recursos, cuja participa o da Companhia equivale a R\$ 886.

8.3 Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar

Em Assembleia Geral Extraordinária, ocorrida em 13.03.2017, os acionistas deliberaram autorizar a redu o do capital social da Dominó Holdings, sem o cancelamento de a es, mediante a entrega de todas as a es ordinárias de emissão da Sanepar, de propriedade da Dominó Holdings, na propor o de suas participa es. Conseqentemente, a Companhia passou a ser detentora direta de 7.956.306 a es ordinárias da Sanepar, avaliadas em R\$ 73.361, correspondentes ao seu valor justo determinado pelo modelo de fluxo de caixa descontado.

Em 17.11.2017, a Companhia solicitou a conversão de 6.365.044 ações ordinárias da Sanepar em ações preferenciais e a adesão ao Programa *Units* da Sanepar. O Certificado de Depósito de Ações - *Units* de propriedade da Companhia é composto por uma ação ordinária e quatro ações preferenciais de emissão da Sanepar. Com a conversão, houve a formação de 1.591.261 *Units* que foram alienadas em 18.12.2017, pelo preço estabelecido de R\$ 55,20 por *Unit*, com consequente ingresso de recursos no caixa, na ordem de R\$ 87.036. O resultado decorrente da operação totalizou ganho de R\$ 14.476 (NE nº15).

9. Obrigações Sociais e Trabalhistas

	31.12.2017	31.12.2016
Obrigações sociais		
Impostos e contribuições sociais	426	427
Encargos sociais sobre férias e 13º salário	235	220
	661	647
Obrigações trabalhistas		
Férias	841	768
Participação nos lucros e/ou resultados	301	120
Desligamentos voluntários	467	-
Outros	140	-
	1.749	888
	2.410	1.535

10. Fornecedores

	31.12.2017	31.12.2016
Energia elétrica	55.764	3.057
Materiais e serviços	9.900	63
	65.664	3.120

11. Benefícios Pós-emprego

A Companhia patrocina planos previdenciários para complementação de aposentadoria e pensão (Plano Unificado e Plano III) e Plano Assistencial, para assistência médica e odontológica (Planos Prosaúde II e Prosaúde III), para seus empregados ativos e seus dependentes legais. O patrocínio vitalício do Plano Assistencial para os aposentados, pensionistas e dependentes legais somente é aplicado aos participantes do Plano Prosaúde II.

Os valores desses compromissos atuariais (contribuições, custos, passivos e/ou ativos) são calculados anualmente por atuário independente, com data base que coincida com o encerramento do exercício.

Os ativos do plano de benefícios são avaliados pelos valores de mercado (marcação a mercado).

O valor do passivo assistencial líquido é reconhecido pelo valor presente da obrigação atuarial, deduzido o valor justo dos ativos do plano.

A adoção do método da unidade de crédito projetada agrega cada ano de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que se somam até o cálculo da obrigação final.

São utilizadas outras premissas atuariais que levam em conta tabelas biométricas e econômicas, além de dados históricos dos planos de benefícios, obtidos da Fundação Copel de Previdência e Assistência, entidade que administra esses planos.

Ganhos ou perdas atuariais, motivados por alterações de premissas e/ou ajustes atuariais, são reconhecidos em outros resultados abrangentes.

11.1 Plano de benefício previdenciário

O Plano Unificado é um plano de Benefício Definido - BD em que a renda é pré-determinada em função do nível salarial de cada indivíduo. Este plano está fechado para novos participantes desde 1998.

O Plano III é um plano de Contribuição Variável - CV, sendo o único plano disponível para novos participantes.

As parcelas de custos assumidas pela patrocinadora desses planos são registradas de acordo com avaliação atuarial preparada anualmente por atuários independentes, de acordo com o CPC 33 (R1) Benefícios a empregados, correlacionada à IAS 19 R e à IFRIC 14. As premissas econômicas e financeiras para efeitos da avaliação atuarial são discutidas com os atuários independentes e aprovadas pela Administração da patrocinadora.

11.2 Plano Assistencial

A Companhia aloca recursos para a cobertura das despesas de saúde dos empregados e de seus dependentes, dentro de regras, limites e condições estabelecidos nos regulamentos dos Planos Prosaúde II e Prosaúde III. A cobertura inclui exames médicos periódicos em ambos os planos e somente é estendida a todos os aposentados e pensionistas vitaliciamente no Plano Prosaúde II.

11.3 Balanço patrimonial e resultado do exercício

Os valores reconhecidos no passivo, na conta de Benefícios pós-emprego, estão resumidos a seguir:

	31.12.2017	31.12.2016
Planos previdenciários	1	3
Plano assistencial	1.469	1.204
	1.470	1.207
	Circulante	6
	Não circulante	1.464
		7
		1.200

Os valores reconhecidos na demonstração de resultado estão resumidos a seguir:

	31.12.2017	31.12.2016
Empregados		
Planos previdenciários	737	322
Plano assistencial - pós-emprego	171	245
Plano assistencial - funcionários ativos	334	140
	1.242	707
Administradores		
Planos previdenciários	161	137
Plano assistencial	12	14
	173	151
	1.415	858

11.4 Mutação dos benefícios pós-emprego

Em 1º.01.2016	260
Apropriação do cálculo atuarial	245
Contribuições previdenciárias e assistenciais	168
Ajuste referente a perdas atuariais	701
Amortizações	(167)
Em 31.12.2016	1.207
Apropriação do cálculo atuarial	171
Apropriação das contribuições previdenciárias e assistenciais	789
Ajuste referente a perdas atuariais	97
Amortizações	(794)
Em 31.12.2017	1.470

11.5 Avaliação atuarial de acordo com o CPC 33 (R1)

11.5.1 Premissas atuariais

As premissas atuariais utilizadas para determinação dos valores de obrigações e custos, para 2017 e 2016, estão demonstradas a seguir:

	2017		2016	
	Real	Nominal	Real	Nominal
Econômicas				
Inflação a.a.	-	4,50%	-	5,15%
Taxa de desconto/retorno esperados a.a.				
Plano Unificado	5,20%	9,94%	5,89%	11,34%
Plano III	5,26%	10,00%	5,87%	11,33%
Plano Assistencial	5,20%	9,93%	5,88%	11,33%
Crescimento salarial Plano Unificado a.a.	2,00%	6,59%	2,00%	7,25%
Crescimento salarial Plano III a.a.	1,50%	6,07%	2,00%	7,25%
Demográficas				
Tábua de mortalidade		AT - 2000		AT - 2000
Tábua de mortalidade de inválidos		WINKLEVOSS		WINKLEVOSS
Tábua de entrada em invalidez		TASA 1927		A. VINDAS

11.5.2 Expectativa de vida a partir da idade média – Tábua AT-2000 (em anos)

	Plano Unificado	Plano III
Em 31.12.2017		
Participantes aposentados	14,92	23,01
Participantes pensionistas	16,37	27,99
Em 31.12.2016		
Participantes aposentados	15,62	23,75
Participantes pensionistas	16,59	28,89

11.5.3 Avaliação atuarial

Com base na revisão das premissas, os valores do Plano Unificado e Plano III para 31.12.2017 totalizaram, respectivamente, superávit de R\$ 359 e de R\$ 183, enquanto que, em 31.12.2016, a posição era, respectivamente, de R\$ 62 e de R\$ 482. A legislação atual aplicável não permite qualquer redução significativa nas contribuições ou reembolsos à Companhia com base no superávit atual desses planos. Por esse motivo, a Companhia não registrou ativos em seu balanço de 31.12.2017, refletindo qualquer direito de redução de contribuições ou restituição de superávit ou outros valores.

	Plano Unificado	Plano III	Plano Assistencial	31.12.2017	31.12.2016
Obrigações total ou parcialmente cobertas	3.959	3.671	1.761	9.391	6.225
Valor justo dos ativos do plano	(4.318)	(3.854)	(292)	(8.464)	(5.566)
Estado de cobertura do plano	(359)	(183)	1.469	927	659
Ativo não reconhecido	359	183	-	542	544
	-	-	1.469	1.469	1.203

A Companhia procedeu ajustes nos seus passivos assistenciais por meio de relatório atuarial, data base 31.12.2017, quando efetuou os registros, em outros resultados abrangentes, do valor total de R\$ 98, correspondente a um acréscimo apurado naquela data base.

11.5.4 Movimentação do passivo atuarial

	Plano Unificado	Plano III	Plano assistencial
Valor presente da obrigação atuarial líquida em 1º.01.2016	265	13	332
Custo de serviço	-	48	199
Custo dos juros	39	2	53
Benefícios pagos	(140)	(488)	(3)
(Ganhos) / perdas atuariais	1.749	3.273	883
Valor presente da obrigação atuarial líquida em 31.12.2016	1.913	2.848	1.464
Custo de serviço	-	50	33
Custo dos juros	218	322	167
Benefícios pagos	-	(142)	-
(Ganhos) / perdas atuariais	1.828	593	97
Valor presente da obrigação atuarial líquida em 31.12.2017	3.959	3.671	1.761

11.5.5 Movimentação do ativo atuarial

	Plano Unificado	Plano III	Plano assistencial
Valor justo do ativo do plano em 1º.01.2016	317	865	72
Retorno esperado dos ativos	45	126	6
Contribuições e aportes	9	48	-
Benefícios pagos	(140)	(488)	-
Ganhos / (perdas) atuariais	1.744	2.780	182
Valor justo do ativo do plano em 31.12.2016	1.975	3.331	260
Retorno esperado dos ativos	405	376	41
Contribuições e aportes	-	50	-
Benefícios pagos	-	(142)	-
Ganhos / (perdas) atuariais	1.938	239	(9)
Valor justo do ativo do plano em 31.12.2017	4.318	3.854	292

11.5.6 Custos estimados

Os custos (receitas) estimados para 2018, para cada plano, estão demonstrados a seguir:

	Plano Unificado	Plano III	Plano Assistencial	2018
Custo do serviço corrente	-	172	59	231
Custo estimado dos juros	393	415	175	983
Rendimento esperado do ativo do plano	(192)	(436)	(28)	(656)
Contribuições estimadas dos empregados	-	(172)	-	(172)
Custos (receitas)	201	(21)	206	386

11.5.7 Análise de sensibilidade

As tabelas a seguir apresentam a análise de sensibilidade, que demonstra o efeito de aumento ou redução de um ponto percentual nas taxas presumidas de variação dos custos assistenciais, sobre o agregado dos componentes de custo de serviço e de juros dos custos assistenciais líquidos periódicos pós-emprego e a obrigação de benefícios assistenciais acumulada pós-emprego.

	Cenários projetados	
	Aumento 1%	Redução 1%
Sensibilidade da taxa de juros de longo prazo		
Impactos nas obrigações do programa previdenciário	(329)	334
Impactos nas obrigações do programa de saúde	(305)	310
Sensibilidade da taxa de crescimento de custos médicos		
Impactos nas obrigações do programa de saúde	123	(115)
Impacto no custo do serviço do exercício seguinte do programa de saúde	4	(4)
Sensibilidade ao custo do serviço		
Impactos nas obrigações do programa previdenciário	-	-
Impactos nas obrigações do programa de saúde	(10)	10

11.5.8 Benefícios a pagar

Os benefícios estimados a serem pagos pela Companhia, nos próximos cinco anos, e o total de benefícios para os exercícios fiscais subsequentes, são apresentados a seguir:

	Plano Unificado	Plano III	Plano Assistencial	Total
2018	196	188	33	417
2019	222	1.075	45	1.342
2020	213	1.204	49	1.466
2021	214	1.606	55	1.875
2022	205	1.606	57	1.868
2023 a 2057	2.677	28.014	1.123	31.814

11.5.9 Alocação de ativos e estratégia de investimentos

A alocação de ativos para os planos previdenciário e assistencial da Companhia no final de 2017 e a alocação-meta para 2018, por categoria de ativos, são as seguintes:

	Meta para 2018	2017
Renda fixa	87,5%	89,3%
Renda variável	6,2%	6,5%
Empréstimos	1,1%	1,3%
Imóveis	1,5%	1,7%
Investimentos estruturados	3,7%	1,2%
	100,0%	100,0%

Abaixo são apresentados os limites estipulados pela administração do Fundo:

	Plano Unificado		Plano III	
	meta (%) (*)	mínimo (%)	meta (%)	mínimo (%)
Renda fixa	91,5%	77,0%	81,0%	59,0%
Renda variável	3,0%	1,0%	11,0%	7,0%
Empréstimos	0,5%	0,0%	2,0%	1,0%
Imóveis	2,0%	1,0%	1,0%	0,0%
Investimentos estruturados	3,0%	0,0%	5,0%	0,0%

(*) Meta baseada no total de investimentos de cada plano.

A Administração da Fundação Copel decidiu manter participação mais conservadora em renda variável, em relação ao limite legal permitido, que é de 70%.

12. Provisões para Litígios e Passivo Contingente

A Companhia responde processos judiciais na justiça trabalhista. A Administração, com base na avaliação de seus assessores legais, constitui provisões para as ações cujas perdas são consideradas prováveis, quando os critérios de reconhecimento de provisão descritos na NE nº 3.4 são atendidos.

Os passivos contingentes são obrigações presentes decorrentes de eventos passados, sem provisões reconhecidas por não ser provável uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação.

Em 31.12.2017, a Companhia provisionou R\$ 156 para litígios e apresentou R\$ 86 de passivos contingentes, ambos referentes a ações trabalhistas movidas por seus empregados e ex-empregados.

A Administração da Companhia acredita ser impraticável fornecer informações a respeito do momento de eventuais saídas de caixa relacionadas às ações pelas quais a Companhia responde na data da elaboração das demonstrações financeiras, tendo em vista a imprevisibilidade e a dinâmica do sistema judiciário brasileiro. Por esse motivo, essa informação não é fornecida.

13. Patrimônio Líquido

13.1 Capital social e Adiantamento para futuro aumento de capital

O capital social integralizado em 31.12.2017 monta a R\$ 66.289 (R\$ 234.289 em 31.12.2016) e é composto por 66.288.933 (234.288.933 em 31.12.2016) ações ordinárias, sem valor nominal, pertencentes à Copel.

A redução de capital de R\$ 170.000 está diretamente ligada à estratégia da Copel em realizar a gestão de caixa de forma centralizada, sempre observadas as necessidades de cada negócio. A origem dos recursos foi o recebimento de juros sobre capital própria e a redução de capital da coligada Dominó Holdings.

Adicionalmente, ainda em 2017, foram necessários aportes a título de Adiantamento para futuro aumento de capital para fazer frente a gestão de caixa da Companhia, em virtude das condições vinculadas às operações de compra e venda de energia.

13.2 Mutação do ajuste de avaliação patrimonial

Em 1º.01.2016	8.905
Passivos atuariais	
Benefícios pós-emprego	(701)
Benefícios pós-emprego - equivalência patrimonial, líquida de tributos.	(375)
Realização dos ajustes de avaliação patrimonial	
Ganhos atuariais	(8.744)
Em 31.12.2016	(915)
Ativos financeiros disponíveis para venda	
Investimentos em participações societárias	14.476
Tributos sobre os ajustes	(4.922)
Passivos atuariais	
Benefícios pós-emprego	(97)
Tributos sobre os ajustes	33
Tributos sobre os ajustes de anos anteriores (a)	311
Realização dos ajustes de avaliação patrimonial	
Ganhos com investimentos em participações societárias	(14.476)
Tributos sobre a realização dos ajustes	4.922
Em 31.12.2017	(668)

(a) Até 31.12.2016 a Companhia não registrava tributos diferidos sobre o passivo de benefício pós emprego, tendo em vista que não havia projeção de recuperabilidade dos mesmos.

13.3 Reserva legal e reserva de retenção de lucros

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, limitada a 20% do capital social.

A reserva de retenção de lucros visa à cobertura do programa de investimento da Companhia, conforme o artigo 196 da Lei nº 6.404/1976. Sua constituição ocorre mediante a retenção do remanescente do lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal e da proposição dos dividendos.

13.4 Proposta de distribuição de dividendos

	31.12.2017	31.12.2016
(1) Cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios (30%)		
Lucro líquido do exercício	13.041	23.731
Reserva legal (5%)	(652)	(1.187)
Base de cálculo para os dividendos mínimos obrigatórios	12.389	22.544
	3.717	6.763
(2) Dividendos propostos	3.717	6.763

Conforme as disposições legais e estatutárias vigentes, a base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios é obtida a partir do lucro líquido, diminuído da cota destinada à reserva legal.

A distribuição dos dividendos mínimos obrigatórios é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício.

14. Receita Operacional

	Receita bruta	PIS/Pasep e Cofins	ICMS	ISSQN	Receita líquida 31.12.2017
Fornecimento de energia elétrica	131.850	(11.858)	(4.087)	-	115.905
Suprimento de energia elétrica	603.832	(55.843)	-	-	547.989
Outras receitas operacionais	733	(96)	-	(36)	601
	736.415	(67.797)	(4.087)	(36)	664.495

	Receita bruta	PIS/Pasep e Cofins	ICMS	ISSQN	Receita líquida 31.12.2016
Fornecimento de energia elétrica	5.083	(470)	-	-	4.613
Suprimento de energia elétrica	1.748	(144)	-	-	1.604
Outras receitas operacionais	25	(3)	-	(1)	21
	6.856	(617)	-	(1)	6.238

15. Custos e despesas Operacionais

	Custos operacionais	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	31.12.2017
Energia elétrica comprada para revenda	(654.026)	-	-	(654.026)
Pessoal e administradores (15.1)	(7.774)	(5.219)	-	(12.993)
Planos previdenciário e assistencial (NE nº 11.3)	(845)	(570)	-	(1.415)
Material	-	(27)	-	(27)
Serviços de terceiros (15.2)	(43)	(1.237)	-	(1.280)
Depreciação e amortização	-	(9)	-	(9)
Provisão para litígios	-	-	(156)	(156)
Resultado da alienação de investimento (NE nº 8.3)	-	-	14.476	14.476
Receita de juros sobre capital próprio	-	-	2.363	2.363
Outros custos e despesas operacionais, líquidos	(2)	(1.376)	-	(1.378)
	(662.690)	(8.438)	16.683	(654.445)

	Custos operacionais	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	31.12.2016
Energia elétrica comprada para revenda	(9.119)	-	-	(9.119)
Pessoal e administradores (15.1)	(3.211)	(3.541)	-	(6.752)
Planos previdenciário e assistencial (NE nº 11.3)	(408)	(450)	-	(858)
Material	-	(40)	-	(40)
Serviços de terceiros (15.2)	(24)	(1.857)	-	(1.881)
Depreciação e amortização	-	(1)	-	(1)
Outros custos e despesas operacionais, líquidos	(1)	(437)	-	(438)
	(12.763)	(6.326)	-	(19.089)

15.1 Pessoal e administradores

	31.12.2017	31.12.2016
Pessoal		
Remunerações	7.239	3.538
Encargos sociais	2.309	1.092
Auxílio alimentação e educação	600	263
Participação nos lucros e/ou resultados (a)	301	120
Provisão para indenização por demissões voluntárias e aposentadorias	569	-
	11.018	5.013
Administradores		
Honorários	1.525	1.353
Encargos sociais	427	370
Outros gastos	23	16
	1.975	1.739
	12.993	6.752

(a) De acordo com a Lei Federal nº 10.101/2000, o Decreto Estadual nº 1.978/2007 e a Lei Estadual nº 16.560/2010.

15.2 Serviços de terceiros

	31.12.2017	31.12.2016
Comunicação, processamento e transmissão de dados	296	401
Consultoria e auditoria	251	507
Serviços especializados	180	7
Passagens e condução	131	107
Manutenção de instalações	115	385
Publicações legais	67	88
Outros serviços	240	386
	1.280	1.881

16. Resultado Financeiro

	31.12.2017	31.12.2016
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	5.230	1.069
Acréscimos moratórios sobre faturas	385	-
Outras receitas financeiras	900	114
	6.515	1.183
(-) Despesas financeiras		
PIS/Pasep e Cofins sobre juros sobre capital próprio	218	1.249
Outras despesas financeiras	104	3
	322	1.252
Líquido	6.193	(69)

17. Instrumentos Financeiros

17.1 Categorias e apuração do valor justo dos instrumentos financeiros

	NE nº	Nível	31.12.2017		31.12.2016	
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos Financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
Caixa e equivalentes de caixa (a)	4	1	97.068	97.068	190.668	190.668
Empréstimos e recebíveis						
Clientes (a)	6	1	73.027	73.027	2.175	2.175
Disponíveis para venda						
Títulos e valores mobiliários (b)	5	2	1.251	1.251	1.156	1.156
Total dos ativos financeiros			171.346	171.346	193.999	193.999
Passivos Financeiros						
Fornecedores (a)	10	1	65.664	65.664	3.120	3.120
Total dos passivos financeiros			65.664	65.664	3.120	3.120

Os níveis de hierarquia para apuração do valor justo são apresentados a seguir:

Nível 1: obtidos de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

Nível 2: obtidos por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo.

- a) O valor justo é equivalente ao valor contábil, em razão de sua natureza e de seu prazo de realização.
- b) Calculado de acordo com as informações disponibilizadas pelos agentes financeiros e pelos valores de mercado dos títulos emitidos pelo governo brasileiro.

17.2 Gerenciamento dos riscos financeiros

Os negócios da Companhia estão expostos aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

17.2.1 Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de incorrer em perdas decorrentes de cliente ou de contraparte em instrumento financeiro, resultantes da falha desses em cumprir com suas obrigações contratuais.

A Companhia administra o risco de crédito sobre esses ativos, considerando a política da Companhia em aplicar praticamente todos os recursos em instituições bancárias federais bem como a gestão das contas a receber de clientes. Conforme NE nº 6, o prazo de recebimento dos saldos de clientes é, em média, de 10 dias.

17.2.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez da Companhia é representado pela possibilidade de insuficiência de recursos, caixa ou outro ativo financeiro, para liquidar as obrigações nas datas previstas.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos, aplicados ao controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

Os passivos financeiros da Companhia se restringem ao saldo de Fornecedores que tem a liquidação prevista para menos de um mês, a partir de 31.12.2017.

17.2.3 Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que o valor justo ou os fluxos de caixa futuros de instrumento financeiro oscilem devido a mudanças nos preços de mercado. O objetivo do gerenciamento desse risco é controlar as exposições, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

a) Risco de taxa de juros e variações monetárias

Risco de a Companhia incorrer em perdas, por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores, que diminuam as receitas financeiras ou aumentem as despesas financeiras relativas aos ativos e passivos captados no mercado.

Análise de sensibilidade do risco de taxa de juros e variações monetárias

A Companhia desenvolveu análise de sensibilidade com objetivo de mensurar o impacto de taxas de juros pós-fixadas e de variações monetárias sobre seus ativos e passivos financeiros expostos a tais riscos.

Para o cenário base, foram considerados os saldos existentes nas respectivas contas em 31.12.2017 e para o cenário provável considerou-se os saldos com a variação da CDI/Selic de 6,75%, prevista na mediana das expectativas de mercado para 2018 do Relatório Focus do Banco Central do Brasil - Bacen de 02.02.2018.

Para os cenários adverso e remoto, foi considerada uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável.

Risco de taxa de juros e variações monetárias	Risco	Base	Cenários projetados - dez.2018		
		31.12.2017	Provável	Adverso	Remoto
Ativos financeiros					
Títulos e valores mobiliários	Baixa CDI	1.251	84	63	42

A Companhia avalia seus instrumentos financeiros, considerando os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido frente aos riscos avaliados pela Administração da Companhia na data das demonstrações financeiras, conforme sugerido pelo CPC 40 (R1). Com base na posição patrimonial e no valor nominal dos instrumentos financeiros em aberto em 31.12.2017, estima-se que esses efeitos seriam próximos aos valores mencionados na coluna de cenário projetado provável da tabela acima, uma vez que as premissas utilizadas pela Companhia são próximas às descritas anteriormente.

18. Transações com Partes Relacionadas

Parte Relacionada / Natureza da operação	Ativo		Passivo		Receita		Custo / Despesa	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Controladora - Copel								
Dividendos	-	-	3.717	6.763	-	-	-	-
Compartilhamento de estrutura	-	-	657	541	-	-	116	541
Entidade sob controle em comum								
Compartilhamento de estrutura								
Copel Geração e Transmissão S.A.	1	-	125	-	-	-	125	-
Copel Distribuição S.A.	543	-	315	-	-	-	276	-
Copel Renováveis S.A.	-	-	4	-	-	-	4	-
Compra e venda de energia								
Copel Geração e Transmissão S.A.	-	-	257	-	272.878	-	6.327	-
Elejor - Centrais Elétricas do Rio Jordão S.A.	-	-	748	-	-	-	8.091	-
Coligada - Dominó Holdings								
Dividendos	-	5.123	-	-	-	-	-	-
Entidade controlada pelo Estado do Paraná - Sanepar								
Dividendos	2.008	-	-	-	-	-	-	-
Pessoal chave da administração								
Honorários e encargos sociais (NE nº 15.1)	-	-	-	-	-	-	1.975	1.739
Planos previdenciários e assistenciais (NE nº 11)	-	-	-	-	-	-	173	151

A Copel forneceu garantias financeiras, na modalidade de carta fiança corporativa, para contratos de compra de energia elétrica efetuados pela Companhia no total de R\$ 49.584.

19. Compromissos

Os compromissos assumidos pela Companhia com contratos de compra e transporte de energia totalizam R\$ 955.929, em 31.12.2017.

20. Seguros

Apólice	Término da vigência	Importância segurada
Seguro D&O (a)	28.03.2019	82.700
Garantia de Pagamento	31.12.2018	5.928
Garantia de Pagamento	31.12.2018	3.483
Garantia de Pagamento	30.01.2019	3.176
Garantia licitante	31.03.2018	50

(a) O valor do Seguro D&O foram convertidos de dólar para real com a taxa do dia 31.12.2017, de R\$ 3,3080.

21. Informações complementares à Demonstração dos Fluxos de Caixa - transações que não envolvem caixa

O capital social da Companhia apresentou o acréscimo no valor de R\$ 2.000 decorrente da capitalização de créditos até então mantidos na rubrica de Adiantamentos para futuro aumento de capital, cujos recebimentos ocorreram em exercícios anteriores.

A citada transação não envolveu caixa, motivo pelo qual não está mencionada na demonstração dos fluxos de caixa do exercício de 2017.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da
Copel Comercialização S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Copel Comercialização S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Copel Comercialização S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações, que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 225.000 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 20 de abril de 2018

/s/

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" PR

/s/

Fernando de Souza Leite
Contador
CRC nº 1 PR 050422/O-3

**PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE O RELATÓRIO ANUAL
DA ADMINISTRAÇÃO E AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AO
EXERCÍCIO DE 2017 E SOBRE A PROPOSTA DA DIRETORIA PARA DESTINAÇÃO DO
LUCRO LÍQUIDO VERIFICADO NO EXERCÍCIO DE 2017**

Os membros do Conselho Fiscal da Copel Comercialização S.A. - Copel COM, abaixo assinados, dentro de suas atribuições e responsabilidades legais, procederam ao exame das Demonstrações Financeiras, do Relatório Anual da Administração e da Proposta da Administração para Destinação do Lucro Líquido referentes ao exercício social findo em 31.12.2017 e, com base em análises efetuadas e esclarecimentos adicionais prestados pela Administração, e considerando, ainda, o Relatório dos Auditores Independentes, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, emitido sem ressalvas em relação ao exercício de 2017, concluíram que os documentos analisados, em todos os seus aspectos relevantes, estão adequadamente apresentados, motivo pelo qual opinam favoravelmente ao seu encaminhamento para deliberação da Assembleia Geral de Acionistas.

Curitiba, 20 de abril de 2018

/s/

MAURO RICARDO MACHADO COSTA

/s/

GILMAR MENDES LOURENÇO